

COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE ABAETETUBA-PA NA LUTA PELA DEFESA E PERMANÊNCIA DO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE OCUPADO

*Rosenildo da Costa Pereira*¹

RESUMO

O estudo aponta a resistência dos ribeirinhos em não abrir mão do seu território para que a empresa Cargill instale o empreendimento, mas ao mesmo tempo, a empresa usa de influência econômica e provavelmente política para tomar posse do espaço dos ribeirinhos e executar seu tão almejado projeto de desenvolvimento econômico do agronegócio neste espaço territorial. A partir de uma abordagem de pesquisa documental, bibliográfica e de vivência em um território tradicional situado no entorno de uma área de conflito socioambiental em Abaetetuba-PA, pretende-se, com o presente artigo, analisar o contexto de conflitos ambientais em território ribeirinho de Abaetetuba-PA, abordando a defesa do território tradicionalmente ocupado pelos ribeirinhos assentados e, de outro, um grande projeto de desenvolvimento do agronegócio que tenta a todo custo se instalar no território dos ribeirinhos. Aborda-se de forma teórica e conceitual o conflito socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito Socioambiental. Território tradicional. Ribeirinhos de Abaetetuba. Agronegócio Empresa Cargill.

RIBEIRIN COMMUNITIES OF ABAETETUBA-PA IN STRUGGLE FOR THE DEDENSE AND STAY OF THE TRADITIONALLY OCCUPIED TERRITORY

ABSTRACT

Based on a documental, bibliographical and living research approach in a traditional territory located in the surroundings of an area of socio-environmental conflict in Abaetetuba-PA, this article intends to analyze the context of environmental conflicts in the riverine territory of Abaetetuba-PA, addressing the defense of the territory traditionally occupied by settled riverside dwellers and, on the other hand, a major agribusiness development project that tries at all costs to settle in the territory of the riverside dwellers. The environmental conflict is approached theoretically and conceptually from the perspective of Acselrad (2004). The study points out the resistance of riverside dwellers in not giving up their territory for the Cargill company to install the project, but at the same time, the company uses economic and probably political influence to take possession of the space of the riverside dwellers and execute their much-desired project of agribusiness economic development in this territorial space.

KEYWORDS: Traditionally occupied territory. Ribeirinhos de Abaetetuba. Agribusiness. Company Cargill.

¹ Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em Educação do campo e graduado em pedagogia pela UFPA.
E-mail: rosenildopereira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto busca discutir os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, mais precisamente ribeirinha de assentamento, localizada no município de Abaetetuba, Pará. Nossa análise ocorre a partir da ótica dos conflitos ambientais, os quais têm, em grande medida, expropriado comunidades de seus territórios tradicionalmente ocupados pelo viés desenvolvimentista do agronegócio, onde o que prevalece são os interesses econômicos e não a manutenção dos modos de viver dos povos e comunidades nesses espaços.

O estudo trata-se de forma particular o caso da Empresa de Transportes de Grãos Cargill Agrícola, cujo empreendimento tem convergidos interesses, pois enquanto a empresa visa se apropriar do território para a prática do agronegócio, com impacto diretamente no meio ambiente, com destruição da biodiversidade da região, afetando ainda os modos de vidas da população local etc. De outro, as comunidades tradicionais que buscam por mecanismos diversos preservar, manter os modos de vidas no território, dos quais destacamos a prática do pescar, do trabalho da agricultura familiar, e outras formas de viver, preservando de forma sustentável a fauna e a flora do espaço do território.

Para os estudos dos conflitos socioambientais, apoiamo-nos na definição teórica de Acsegrad (2004). Segundo Acsegrad (2004, p. 27):

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos [...]. (ACSELRAD, 2004, p. 27).

A metodologia adotada parte de uma abordagem qualitativa, apoiando-se em referencial teórico Acsegrad (2004), Gonçalves; Rodrigues e Filho, (2019), Mesquita e Alves (2020), O'Dwyer (2014), Pereira e Pereira (2020), pesquisa documental (Convenção nº 169), Relatório de Campo: iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA, produzido pela AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia, 2019 e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), 2019 e, vivência deste pesquisador em comunidades tradicionais ribeirinhas do entorno do conflito socioambiental.

É importante esclarecer que de forma proposital as fotografias aparecerão no texto com o rosto das pessoas encoberto, cuja intenção é não mostrar quem são os sujeitos participantes da manifestação contra a Cargill, para evitar expô-las a algum tipo de constrangimento.

2. CONFLITOS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: UM EMBATE ENTRE MEGAPROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO *VERSUS* COMUNIDADES TRADICIONAIS LOCAIS

Os conflitos ambientais têm sido uma constante na Amazônia. São conflitos gerados por projetos oriundos de demandas do agronegócio que, a todo custo, visa ocupar determinado território, com apoio, muitas vezes, de políticos e da utilização da ciência, com contratação de especialistas de diferentes áreas para elaborarem Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e Estudo de Impacto Ambiental (EIA) sobre a área almejada e, de outro, os grupos ligados diretamente ao território, como é o caso das comunidades tradicionais locais que a partir da organização social, principal instrumentos de lutas, reagem em prol da defesa, permanência e manutenção do território, para continuarem vivendo e praticando os seus “modos de fazer, criar e viver” (O'DWYER, 2014, p. 12). E considera:

Neles se contrapõem “comunidades”, muitas delas autoidentificadas socialmente em categorias legalmente reconhecidas como indígenas, quilombolas, populações tradicionais e outras, aos grupos econômicos e atores institucionais que impulsionam projetos políticos que se pretendem hegemônicos mediante perspectivas desenvolvimentistas modernizantes construídas no âmbito de Estados-Nação (O'DWYER, 2014, p. 11).

Em 2016, com a propagação nos meios de comunicações de Abaetetuba de que a Empresa de Transportes de Grãos Cargill Agrícola, pretendia-se implantar um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) na ilha de Rio Urubueua, para escoamento de produção agrícola, a partir de então a Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, entidade católica diretamente envolvida com as comunidades tradicionais locais, articulou com os movimentos sociais, líderes comunitários e com o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Defensoria Pública do Estado do Pará, de forma conjuntamente, começaram a se mobilizar e traçar estratégias para evitar que tal empreendimento fosse construído no espaço pretendido (GONÇALVES, RODRIGUES; FILHO, 2019).

Com objetivos contrários aos da empresa, as entidades locais começaram a reagir, promovendo, inicialmente:

No segundo semestre de 2017, a paróquia promoveu, em dois dias, um estudo sobre a Convenção 169², tendo a presença do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) e da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE). Esse curso teve, em sua maioria, a presença de lideranças comunitárias. Tendo como

² O Artigo 7º, §1. “Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente”.

ação concreta a criação de uma equipe para reprodução desse mesmo curso, nas comunidades consideradas como área de maior risco em face da instalação da Cargill. Assim, o próximo passo foi descer para a base, sendo que o objetivo da equipe foi reproduzir o curso e formar uma comissão em cada uma dessas comunidades, envolvendo representantes de entidades, organizações e igrejas para organização junto com a comunidade do protocolo de consulta. (GONÇALVES, RODRIGUES; FILHO, 2019, p. 92-93).

A disputa territorial contrastiva envolvendo, de um lado, interesses econômicos, sobretudo com a construção e instalação de um megaprojeto em uma área de “terreno de aproximadamente 359 hectares”, segundo o (Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, 2017, p. 13), elaborado pela “Ambiente Soluções em Meio Ambiente LTDA”, de responsabilidade da Cargill Agrícola. De outro, os movimentos sociais locais e entidades de defesa dos direitos humanos (Defensoria Pública do Estado, Paróquia das Ilhas), que se contrapõem ao projeto de desenvolvimento em curso, o qual de todo modo ignora “o fato da sua ocupação por famílias agricultoras extrativistas” (O’DWYER, 2014, p. 12-13).

Os moradores, possivelmente³ atingidos, contrários à instalação do empreendimento na Ilha. E considerando-se que o local onde a empresa pretende se instalar é uma área de assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nas proximidades do entorno existe uma comunidade de quilombo. Porém, no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁴, produzido pela empresa “Ambiente Soluções em Meio Ambiente LTDA”, contratada pela Cargill Agrícola, invisibiliza esses territórios de assentamentos e os considera como área de propriedade particular, quando na verdade é um território tradicionalmente ocupado, pois “este mesmo local é um Projeto Agroextrativista (PAE)” (MESQUITA; ALVES, 2020, p. 10).

Entretanto, no documento do RIMA não é elencado a procedência e a origem da titularidade da terra. O que se sabe é que:

Naquela parte das ilhas de Abaetetuba, os representantes da Cargill identificaram condições edáficas e profundidade apropriadas para executar o projeto do porto. Segundo nosso entrevistado, o então secretário de transporte do governo Temer que trabalhava com EIA-RIMA, comprou a propriedade naquela localização, para revender para a Cargill e obter lucro pessoal. Por outro lado, os movimentos sociais

³ A empresa Cargill está tentando se instalar no território dos ribeirinhos. Porém, as mobilizações dos ribeirinhos têm de certa forma contribuído até o momento para a não implantação deste empreendimento no território. De todo modo, sabe-se que todos os empreendimentos implantados na região Amazônica têm impactado diretamente os povos e comunidades tradicionais locais, a construção da empresa Cargill não seria exceção.

⁴ O RIMA trata-se de um relatório produzido por empresas terceirizadas, cuja estratégia é mostrar que a instalação da empresa em determinado lugar não afetará os territórios e moradores locais. Trata-se de um relatório muitas vezes camuflado. No caso do relatório da Cargill além de apresentar dados dos “poucos” impactos ambientais no território, nega também que o território não é dos ribeirinhos, mas de propriedade particular da empresa.

organizados de Abaetetuba (incluindo MORIVA, MORIPA, Sindicato e associações) fizeram todo um trabalho de conscientização dos moradores das ilhas. Prepararam uma mobilização para acontecer no dia de uma audiência com a SEMA (Secretaria de Meio Ambiente) no dia 27 de junho de 2019 (Relatório de Campo: iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA da AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia, 2019, p. 26).

No mesmo “Relatório de Campo: iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA”, produzido pela AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia (2019, p. 27) em que ouviu relatos de moradores envolvido com a defesa do território local, mostrando que:

Como eles não têm esses documentos de comprovação, a SEMA ainda não liberou, agora, se eles vão conseguir fazer isso nas ilhas, eu não acredito que eles façam porque a gente não vai aceitar, se eles tiverem outros mecanismos tudo bem, mas se depender desse da mobilização, o porto não vai ser construído (Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local).

Assim, o contexto dessa controvérsia no processo de implantação de um megaprojeto de desenvolvimento em uma área ribeirinha da Amazônia Tocantina, particularmente nas ilhas de Abaetetuba vem contrapondo interesses de defesa do território versus desenvolvimento econômico e políticos.

Na esfera política, de acordo com relatos de lideranças locais, o empreendimento da Cargill contava com apoio político local que tinha interesse pela construção e, parte do legislativo da Câmara Municipal eram também favoráveis a instalação, como demonstrado nos relatos de uma liderança local e na análise de pesquisadores, respectivamente:

É um pouco essa ideia da questão do desentendimento que se está tendo de um município que de um lado tem uma classe empresarial que torce pelo projeto, né? A prefeitura que torce pelo projeto, mas nós sabemos que esses projetos nunca trouxeram desenvolvimento para ninguém, nós sabemos que hoje, por exemplo, ninguém toma dessa água mais. A poluição da nossa água é resultado da Hidro (mineradora canadense), toda essa área industrial que tem em Barcarena, uma série de situações [...] os esgotos da cidade, podemos dizer, o fluxo das embarcações que passam todo dia (Presidente do MORIPA/CPT/Liderança local)⁵.

A audiência foi caracterizada por clima de grande indignação, tanto expresso nos cartazes como pelo coro que ressoava “Fora Cargill! Fora Cargill!”. Apresentavam-se, em clima de revolta, mediante a mínima representação dos vereadores e a ausência do prefeito municipal. Por parte da empresa, estavam presentes apenas o instituto Peabiru (Ong financiada pela Cargill para construir o processo de legitimação social) e a Ambiente Soluções Ambientais LTDA. Esta última empresa, contratada pela Cargill para realizar o EIA/RIMA, não tinha presente nenhuma representação direta da empresa Cargill (GONÇALVES, RODRIGUES; FILHO, 2019, p. 97).

⁵ “Relatório de Campo: iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA”, produzido pela AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia (2019, p. 27)

Desta forma, a audiência pública realizada em 16 de outubro de 2018, em sessão na Câmara Municipal de Vereadores de Abaetetuba, a qual não teve representatividade do prefeito municipal e coro por parte de vereadores, demonstrando claramente o lado assumido pelo Poder Legislativo e Executivo.

Não tendo os devidos apoios dos poderes Executivo e Legislativo quanto ao posicionamento de junto com os moradores de impedirem a construção da empresa. Os moradores continuaram se articulando entre si. Outro passo dado por eles foi a construção de um protocolo de consulta pública. Assim, em 2020, estão sendo criadas pelas ditas comunidades, protocolos de consulta pública, ou seja, qualquer empresa que porventura queira adentrar nesses territórios terão que ter prévio consentimento da população local. Nessa construção estão participando além dos moradores, a Defensoria Pública do Estado do Pará e a Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, entidade diretamente ligada à igreja católica de Abaetetuba. O objetivo do protocolo é evitar e, sobretudo proteger os territórios tradicionais contra a entrada de empreendimentos econômicos na região.

O convite abaixo foi entregue de forma impressa a casa de cada morador convocando-os para participarem da assembleia geral do território para decidir sobre a construção do protocolo de consulta que está sendo organizado pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Defensoria Pública do Estado do Pará, Paróquia das Ilhas de Abaetetuba e moradores da comunidade. As próprias pessoas da comunidade se encarregaram de ir de casa em casa fazer a distribuição do convite.

Figura 1: Convite para participação do protocolo na ilha de Rio Campompema em 2020



De todo modo, é importante destacar que, apesar de a empresa querer se instalar em parte de um território de assentamento do INCRA, não exime as outras comunidades tradicionais, vizinhas e até mesmo as que se localizam a uma distância maior do empreendimento, de lutarem com o mesmo objetivo de barrar a construção. Assim, as comunidades, sem ter o apoio dos “poderes legislativos e executivos”, começaram a se unir de forma coletiva e ao mesmo tempo elencarem estratégias de enfrentamento em nível dos seus próprios interesses territoriais, como é o caso do protocolo de consulta pública, instrumento organizado e elaborado juntamente com os órgãos de defesa dos direitos humanos.

Recentemente, os moradores organizados e mobilizados, fazendo uso de suas embarcações para protestarem nas águas⁶ contra a empresa Cargill que usava de uma balsa para instalação de boias flutuantes na baía da ilha do Capim, mostrando a imposição de seu poder econômico, dos quais indignados, os ribeirinhos usaram de rabudos⁷, barcos, rabetas⁸, faixas e cartazes para expressar o descontento com o projeto Cargill. Com palavras de “ordem” protestavam: “Fora Cargill”, “Fora Opressão”, “Aqui existe vidas”, “Esse território é nosso”, demonstrando que são contrários ao projeto do agronegócio em seus territórios.

⁶ É usar de embarcações para fazer protesto nas águas da baía do rio Capim para pressionar a empresa Cargill a não se instalar naquele local, bem como, chamar a atenção do poder público para evitar que o empreendimento ocupe o território dos ribeirinhos.

⁷ Motor acoplado na rabeta com eixo externo (PEREIRA; PEREIRA, 2020, p. 114).

⁸ Embarcação de madeira com motor, podendo ser coberta ou não.

Foto 2: Protesto dos ribeirinhos de Abaetetuba contrários ao porto da Cargill no dia 7 de fevereiro de 2021.



Fonte: Jucirlei Rodrigues, 2021.

Com essas mobilizações, os moradores mostraram que não aceitam que a empresa seja implantada no território ribeirinho, exigindo e pressionando o poder público local para que tomem as medidas cabíveis para evitar a construção do empreendimento na região. Essas mobilizações são os

instrumentos de lutas dessas comunidades e visam manter o território vivo, ocupado de forma tradicionalmente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos conflitos ambientais nas ilhas de Abaetetuba, particularmente com o caso da Cargill, onde interesses de ordem particular versus interesses coletivos têm convergido entre si. Enquanto os primeiros buscam se apropriar do território para explorar os recursos naturais, desenvolver e praticar o agronegócio, os segundos tentam manter o território vivo, com a preservação da biodiversidade, mantendo os modos de vida dentro deste espaço.

Para isso, “Os movimentos sociais locais estão desempenhando dura e organizada resistência contra a construção de um megaporto de escoamento de soja nas ilhas de Abaetetuba” (Relatório de Campo da AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia, 2019, p. 26). Assim, percebe-se que as comunidades tradicionais locais não abrem mão de lutar pela defesa de seu território, através de várias articulações e mobilizações sociais, como mostrado, no decorrer deste texto, que reafirmam o interesse e a permanência no território tradicionalmente ocupado para continuarem praticando seus respectivos modos de vida, com o trabalho da agricultura familiar, seja no território das águas ou das florestas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

Convenção nº 169 da OIT sobre povos Indígenas e Tribais.

GONÇALVES, O. D; RODRIGUES, J. C; FILHO, J. S. (2019). “Marés das rebeldias em Abaetetuba”: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia Paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 15 (1), 80-103.

MESQUITA, J. R. C; ALVES, L. F. N. (2020). Territorialização do Agronegócio no estuário amazônico e re-existência camponesa: estudo de caso na ilha do Capim, Abaetetuba/PA. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 17, 1-18.

O'DWYER, E. C. (2014). Conflitos Ambientais: saber acadêmico e outros modos de conhecimento nas controvérsias públicas sobre grandes projetos de desenvolvimento. **Revista Antropolítica**, n. 36, 11-25.

PEREIRA, R. C; JOSIELE, R. P. Educação do campo no município de Abaetetuba-Pa: traçando políticas públicas educacionais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá-PA, v. 2, n. 2, p. 112-126, 2020.

Relatório de Campo: iniciativas visitadas em Abaetetuba, PA, produzido pela AGENTES: Transformações para a Sustentabilidade na Amazônia, 2019.

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), 2019.

Data de submissão: 22/08/2021

Data de aprovação: 22/09/2021